

REFLEXÕES PARA OS DIAS ATUAIS: A “FORMAÇÃO CIDADÃ” NA EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Fernanda de Paula Gomides ¹

RESUMO

A partir da conjuntura atual de crise política; discursos antagônicos sobre valores democráticos; defesa da volta da disciplina Educação Moral e Cívica por parte do recente eleito presidente da República; e das inquietações formadas no velejar de experiências, pesquisas e práticas docentes; o presente trabalho tem como objetivo compreender qual formação cidadã se obteve a partir da educação – por meio dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC) – durante o Regime Militar (1964-1985). Para a realização dessa investigação, utilizamos como fontes de análise três livros didáticos de EMC, veiculados no período de interesse, sendo cada um deles referente a uma década da Ditadura Civil-Militar. Como aporte teórico-metodológico, o trabalho é subsidiado pelos conceitos de Chartier (1990, 1991, 1994, 1996, 2010): apropriação, práticas e, principalmente, representações. Mediante esse aporte, analisamos nos livros didáticos de EMC não apenas o conceito de Cidadania, mas as dicotomias entre o discurso e as representações presentes nas obras. Considerando as questões levantadas e a análise das fontes, elucidamos que a formação cidadã a partir da educação durante a ditadura foi passiva, oculta e forjada, contribuindo para a atual defesa – de parte significativa da sociedade – de uma concepção autoritária, fundamentalista e com exacerbado nacionalismo na formação cívica dos brasileiros.

Palavras-chave: Cidadania, Educação Moral e Cívica, Ditadura Civil-Militar.

INTRODUÇÃO

Cabe a nós, que tanto lutamos pela democracia, lembrar aos mais jovens o que significou o período dos anos de Chumbo e que a eles pertence a responsabilidade de continuar a caminhada buscando soluções abertas a um futuro de civilização, e não de caos. (ALVES, 2005, p. 20)

A reflexão de Alves (2005) é oportuna para o período atual da política brasileira. Durante e mesmo após a polarizada eleição de 2018 para presidente da República, observamos – no âmbito nacional – diversos discursos antagônicos em relação aos valores democráticos. Dentre estes, a defesa da volta dos militares ao poder nos ocasionou maior preocupação. Tal conjuntura é marcada pelo atual aumento da descrença na democracia que não se limita ao campo nacional, mas está presente em vários lugares do mundo. Esse sentimento se tornou mais perceptível principalmente após a crise capitalista de 2008, que acarretou um extenso desequilíbrio econômico, além do advento de discursos xenofóbicos, da ascensão de manifestações fascistas e do enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, fernanda.gomides@hotmail.com.

A partir desse contexto efervescente, atrelado a um sentimento social de desesperança, uma parcela significativa da sociedade brasileira absorveu discursos saudosistas do período militar e da crença em ações autoritárias, imediatistas e, inclusive, antagônicas aos valores dos direitos humanos.

O resultado dessa postura, em parte, foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente do país que, além de ser um notório defensor da ditadura militar, está sendo amplamente criticado por defender medidas ditas autoritárias, além de proferir comentários sobre desaparecido político do período ditatorial.

Especialmente em relação à educação – foco desse trabalho – o presidente eleito, apoiador do “Movimento Escola Sem Partido”, ao discordar de algumas temáticas abordadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM 2018), afirmou em rede social que a partir de 2019 o seu governo irá “tomar conhecimento da prova antes”². Segundo ele, o ENEM se apresenta como uma forma de doutrinação ideológica exacerbada por tratar de questões de gênero, em especial, na prova de Linguagens e Ciências Humanas. Tal postura se torna preocupante ao compreendermos que educação é lócus da diversidade e do pluralismo de ideias e que os órgãos relacionados à educação devem ter sua autonomia preservada em uma democracia.

Os casos mais recentes e alarmantes relacionam-se ao Ministério da Educação – campo de disputa e polêmica nos primeiros meses de governo. O ministro anterior, Ricardo Vélez Rodríguez, mostrou-se despreparado para o cargo e foi substituído por Abraham Weintraub. O atual, além de decretar contenção de verbas para a educação, vem defendendo uma postura privatizante das universidades também.

Além disso, o outro aspecto de suma importância para esse trabalho são as esclarecidas intenções do novo presidente de resgatar a denominada disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos escolares com o objetivo de incutir nos alunos o culto à pátria³. Tal disciplina, tornada obrigatória durante o regime militar em 1969, esteve nos currículos até 1993 e carrega consigo aspectos característicos da postura conservadora do regime: nacionalismo exacerbado e fundamentalismo religioso. Vale salientar que as atuais bases curriculares nacionais já contemplam os conhecimentos sobre Cidadania, civismo e valores humanos e que tal proposta

² Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/governo-vai-tomar-conhecimento-do-enem-antes-da-prova-afirma-bolsonaro/>>. Acessado em 10 nov. 2018.

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-quer-resgatar-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-das-escolas.shtml>>. Acessado em 10 nov. 2018.

de retorno à disciplina se fundamenta em uma ideologia conservadora que a sociedade brasileira vem acompanhando.

Nossa intenção, no entanto, não é uma análise política no quadro nacional atual, mas uma análise histórica e educacional do período militar para esclarecermos as possíveis implicações dos discursos atuais para nossa educação e formação cidadã de nossos estudantes. Portanto, objetivamos compreender que formação cidadã se obteve a partir da educação – por meio dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC) – durante o Regime Militar (1964-1985)⁴.

Para a realização dessa investigação, utilizamos como fontes de análise três livros didáticos de EMC veiculados no período de interesse, sendo cada um deles referente a uma década da Ditadura Civil-Militar. Como aporte teórico-metodológico, o trabalho é subsidiado pelos conceitos de Chartier (1990, 1991, 1994, 1996, 2010): apropriação, práticas e, principalmente, representações. Mediante esse aporte, analisamos os livros didáticos de EMC considerando não apenas o conceito de Cidadania, mas as dicotomias entre o discurso e as representações presentes nas obras e na prática cidadã no período, bem como a materialidade dos livros da disciplina.

Considerando as questões levantadas e a análise das fontes, elucidamos que a formação cidadã durante a ditadura foi passiva, oculta e forjada, contribuindo para a defesa – de parte significativa da sociedade – de uma concepção autoritária, fundamentalista e com exacerbado nacionalismo na formação cidadã dos brasileiros.

METODOLOGIA

Compreendemos que o livro didático não significa apenas um conjunto de conhecimentos acumulados e impressos em folhas de papel ou até uma uniformização ideológica e social a favor de uma classe; mas sim um material de muitas faces, nas quais podemos incluir a função histórica, a função de guardião da memória, de um contexto e de um tempo histórico educacional.

Para além de um instrumento didático, esses livros – seja no passado ou em nosso presente – obtêm um caráter funcional em relação à doutrinação, à economia editorial, ao processo de ensino-aprendizagem e à cultura na formação de cidadãos.

⁴ O presente artigo resulta das reflexões e considerações desenvolvidas durante o mestrado acadêmico na linha de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Então por que analisar os livros didáticos da disciplina de EMC? Em primeiro lugar, as buscas pelos livros didáticos a serem analisados ocorreram em diversos sebos, bibliotecas e arquivos particulares por se tratarem de livros não mais utilizados nos espaços escolares. O foco inicial era os livros de História – disciplina responsável pelo tema atualmente. Contudo, o primeiro obstáculo surgiu no decorrer da pesquisa, quando percebemos que a discussão sobre Cidadania não se encontrava nos livros didáticos dessa disciplina durante o Regime Militar. Qual seria o motivo da ausência dessa discussão?

Ao pesquisarmos sobre a História da Educação brasileira durante o regime, compreendemos que os conteúdos sobre Cidadania migraram dos livros didáticos de História para os livros didáticos de EMC, sobretudo após a promulgação do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, pelo Governo Militar. Esse decreto tornou obrigatória a disciplina de EMC na educação, o que fez com que disciplinas como História e Geografia perdessem espaço nas grades curriculares da Educação Básica. Dessa forma, nosso olhar se atentou para livros didáticos de EMC, responsável pela formação cidadã no período.

Após ultrapassarmos as primeiras dificuldades e nos depararmos com as fontes possíveis para investigação do nosso objeto, expressamos aqui o principal critério na escolha desses livros didáticos de EMC. Primeiro, optamos por pesquisar livros didáticos referentes às séries de 5ª a 8ª (nomenclatura da época) para apreendermos as primeiras influências do regime ditatorial na formação dos cidadãos por meio da educação. Posteriormente, definimos pesquisar livros que correspondessem a cada década da Ditadura Civil-Militar para compreendermos as rupturas e continuidades das representações da Cidadania nessas obras durante o período ditatorial: década de 1960 (implantação do Regime Militar), anos de 1970 (ditadura e sua estabilidade) e, por último, anos de 1980 (abertura política e redemocratização do país). A procura por livros didáticos nos anos específicos ao recorte temporal requisitou tempo, pois o encontro das fontes nos períodos respectivos ao início, meio e fim do regime ditatorial (fonte por década) exigiu uma pesquisa ampla em diversos acervos. Ao fim, encontramos as obras de 1965, 1974 e 1985.

O primeiro livro a ser analisado é de Plínio Salgado, representativo da década de 1960. Intitula-se como *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, da Editora Coleção F.T.D., do ano de 1965 (sua primeira edição). Esse livro se tornou uma fonte considerada rara para a pesquisa, inclusive por ser a primeira edição da obra e por ter como autoria uma figura política de grande influência no país. Descobrimos a obra no Sebo Cultural de João Pessoa e foi o único livro encontrado da década de 1960 durante as pesquisas e buscas pelas fontes. Ele se caracteriza por sua natureza conservadora. Por ter sido publicado antes do Decreto nº 869 de 1969, logo após o Golpe Civil-Militar, ele acaba por orientar as diretrizes e conteúdos para a obrigatoriedade da

disciplina no país, em especial pelo histórico do autor, que se relaciona aos fundamentos fascistas e conservadores. Salgado (1965)⁵, autor da obra, foi líder da Ação Integralista no Brasil, político pró-Regime Militar e fundador do Partido de Representação Popular (PRP).

O segundo livro é referente à década de 1970, de Avelino Antônio Correa, intitulado *Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica*, da Editora Ática, do ano de 1974, 1ª edição. O livro foi encontrado após muitas buscas pelo nível de ensino e data específica, isto é, do meado da ditadura – no arquivo pessoal de uma colega de curso, que, por sua vez, havia comprado o livro em um sebo em Campina Grande/PB. A obra aparenta mais didática (com mais exercícios, cores, desenhos) do que a primeira. No entanto, seus conteúdos demonstram um teor pouco crítico e reflexivo – em consonância à implantação da pedagogia tecnicista na educação durante esse período e também pelo fato do Brasil estar vivenciando um tempo da legalidade dos Atos Institucionais. Sobre Correa (1974), sabe-se que era professor de Filosofia, de Psicologia e de Educação Moral e Cívica.

Com o encontro dos livros didáticos de 1965 e 1974, a busca se direcionava para a obra representativa da década de 1980, obrigatoriamente dos últimos anos da ditadura. O obstáculo final, nesse caso, foi assimilar data específica com nível escolar. O encontro com as datas referentes ao fim do regime era relativamente simples, mas quanto ao nível escolar definido, não. Essa busca apenas teve término na Biblioteca Estadual Juarez da Gama Batista, no Espaço Cultural de João Pessoa, na qual, entre muitas edições, níveis de ensino e datas, encontramos a obra que mais se referia a nossas definições metodológicas: o livro denominado *Educação Moral e Cívica*, de Elian Alabi Lucci, da Editora Saraiva, do ano de 1984, 3ª edição. A obra se apresenta um pouco mais crítica⁶ e é a que mais se assemelha aos livros didáticos atuais, também com conteúdo de cunho religioso e expressando ainda um nacionalismo exacerbado – características inerentes à disciplina. O autor, Lucci (1984), é geógrafo e também professor, autor de vários livros didáticos.

Ressaltamos que, como aporte teórico-metodológico, o trabalho é subsidiado pelos conceitos de Chartier (1990, 1991, 1994, 1996, 2010): apropriação, práticas e, principalmente, representações. Mediante esse aporte, analisamos os livros didáticos de EMC considerando não apenas o conceito de Cidadania, mas as dicotomias entre o discurso e as representações presentes nas obras.

⁵ O maior aprofundamento sobre os autores encontra-se no capítulo 3 desta dissertação.

⁶ Um pouco mais crítica no sentido de apontar temas como democracia, Cidadania e voto com uma abordagem mais analítica e comparativa ao contexto histórico de repressão vivido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Referencial Curricular do Ensino Fundamental da Paraíba (2010), Cidadania:

Diz respeito às experiências de participação dos indivíduos e grupos sociais na construção coletiva da sociedade, compreende o conjunto dos deveres e direitos humanos – sociais, civis, políticos e culturais. Promove o reconhecimento das diferenças culturais, religiosas, étnicas, políticas, de gênero, orientação sexual e de geração etc., acompanhado do respeito a essas diferenças. Define o papel do indivíduo nos processos históricos, na luta pela sobrevivência, no enfrentamento das injustiças e nas necessidades de mudanças sociais. (BARBOSA; RODRIGUES, 2010, p. 69).

Como podemos perceber, conceitos como o de Cidadania carregam consigo diversas representações, formuladas a partir de discursos, da vivência, da experiência, da influência, entre outros fatores específicos a cada contexto histórico para sua construção. Por isso, é necessário analisar um conceito a partir do contexto histórico em que ele está inserido.

A definição anterior sobre Cidadania auxilia-nos tanto no atual entendimento sobre o tema, quanto na compreensão de seu desenvolvimento ao longo do tempo. Tendo como o foco a formação cidadã na educação, buscamos nos livros didáticos de EMC essas representações e suas variações da Cidadania, considerando que a disciplina de História (anteriormente responsável por esse debate na escola) perdeu espaço nas grades curriculares durante a ditadura para que conteúdos mais técnicos e ideológicos ganhassem força. Desse modo, para a realização dessa investigação, utilizamos como fontes de análise três livros didáticos de EMC, veiculados no período de interesse.

Defendemos que os livros didáticos – assim como em outros momentos históricos – são instrumentos de controle social, de formação cidadã e de valores sociais. Nas palavras de Marcelino (2009, p. 20), em relação a essa utilização da ditadura, ele afirma que: “é uma forma de manter a ordem para evitar insurreições. Era preciso controlar e uma das formas desse processo era através dos livros didáticos que uniformizavam o ensino dentro das intencionalidades do governo”. A partir dessas intenções, o governo propunha livros didáticos a partir da construção de memórias, valores e ideologias condizentes para cidadãos padronizados e controlados. Mesmo que esse controle não fosse unânime, o objetivo dos militares se mantinha esse.

Em relação à disciplina de EMC e seus livros didáticos, segundo o Decreto - Lei nº 869, de 1969 – que a tornou disciplina obrigatória – é explanado que por meio das “tradições nacionais” como comemorações de grandes datas, desfiles militares, o canto do hino da escola, o respeito à nação e à bandeira, entre outros, a disciplina tinha como finalidade a formação do cidadão. A Cidadania seria constituída a partir de alguns preceitos, como: a compreensão dos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

direitos e deveres dos brasileiros; e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum.

Nas palavras de Chervel (1990, p. 180), uma “‘disciplina’ é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”. Esse caráter “disciplinar” pode ser tanto crítico quanto ideológico e pode obter diversas relações com a política, contexto histórico e objetivos educacionais. No caso da disciplina de EMC, seu surgimento no Brasil ocorreu muito antes do Regime Militar.

Na realidade, trata-se de uma *reintrodução*, pois a cadeira de “Instrução Moral e Cívica” foi instituída em 1925, pela reforma Rocha Vaz, justamente como forma de combater o protesto estudantil contra o Governo de Arthur Bernardes. Foi reforçada durante o Estado Novo e, com a Constituição de 1946, teve seu caráter de obrigatoriedade revogado. (GERMANO, 1993, p. 134).

Contudo, com a análise das fontes é possível analisar se tais preceitos eram abordados dentro dessa perspectiva mencionada na lei e para compreendermos isso usaremos o aporte teórico-metodológico baseado nos conceitos de Chartier (1990, 1991, 1994, 1996, 2010): apropriação, práticas e, principalmente, representações.

No que diz respeito ao conceito de representação, Chartier (2010, p. 7) considera “representação (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social”. A partir dessa definição, não almejamos apenas compreender se o que era veiculado sobre Cidadania nos livros didáticos de EMC eram reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas que tipo de representação era veiculada nessas obras para que os estudantes se apropriassem. Portanto, tal discussão possibilita introduzir outro conceito, o de apropriação. Para Chartier (1990, p. 24):

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Dessa maneira, levamos em consideração que o livro didático é produto de um sentido, mas está propício aos diversos significados dados pelos seus leitores. Esse significado, dado pelos estudantes, não pode ser demonstrado com nossas fontes, pois os indícios dessas apropriações de conteúdo e significados não são expostos nos livros. No entanto, reforçamos a ideia que as apropriações não são unânimes como o planejado.

Na visão de Germano (1993, p. 32), a educação nesse período sofreu um verdadeiro descomprometimento de financiamento, especificamente a educação pública. Os recursos existentes estavam destinados ao capital privado, fazendo com que o campo educacional se transformasse em uma verdadeira mercadoria de alto custo. As políticas educacionais, por exemplo, visavam “assegurar a dominação política existente, a manutenção do processo de acumulação de capital e, por vezes, afastar focos de tensão e de conflito, para obter a hegemonia”. Dessa forma, uma educação de qualidade não se tratava de algo primordial nesse período – assim como na maior parte da História do Brasil –, mas obteve uma função essencial para os projetos da ditadura: formar mão de obra para o desenvolvimento do capitalismo a partir da fácil apropriação de seus valores por indivíduos dominados.

Quanto à análise das fontes, podemos considerar que a Cidadania apresentada nos livros de EMC e suas representações abrangeram rupturas e continuidades no percorrer dos anos de ditadura.

Em um período inicial entre o golpe e a implantação da Ditadura Civil-Militar, por exemplo, além do discurso de passividade cidadã proclamado pelos presidentes, o livro de EMC de Plínio Salgado (1965) demonstra o mesmo teor, ou seja, que o “bom cidadão” é aquele que sacrifica seu direito em prol dos deveres para com a pátria e a nação em desenvolvimento. O autor embala o leitor nessa representação passiva de Cidadania e constrói uma memória patriótica, oficial e legitimadora do regime. Uma memória que ainda hoje está presente no cotidiano nacional.

Mesmo no início da ditadura, a Cidadania já estava sendo violada e amputada. No livro, essa realidade é acobertada por conteúdos legitimadores e muitas vezes antagônicos em relação ao contexto nacional, isto é, um conflito incessante entre discursos e práticas.

Dessa forma, com a análise desse livro didático, concordamos que o país que Salgado (1965) aconselhou servir e enaltecer, tendo os indivíduos o dever digno e nobre de fazê-lo como “bons cidadãos”, seria aquele governado por militares a partir de um golpe de Estado que retirou do poder um presidente eleito democraticamente.

Além disso, esse mesmo governo militar defendeu até os últimos anos de ditadura uma política econômica voltada para o desenvolvimento capitalista, exclusão social e empobrecimento da maioria. Direitos básicos do cidadão, como educação e saúde, foram deixados em segundo plano e, conforme Alves (2005), no primeiro ano de ditadura, tal governo já constituía objeto de preocupação internacional pela extensão da violência, repressão e censura. Esse era o país ao qual Salgado (1965) recomendou servir, formulando, em seu livro, uma representação passiva da Cidadania que perpassava a aprendizagem do sacrifício pela

pátria. O tipo de sacrifício não é explicitado, mas, naquele contexto, deve ser entendido como renúncia.

Quanto ao segundo momento, o de estabilidade e maior violência aos direitos de Cidadania, a sociedade sofreu as maiores repressões, sobretudo a oposição. Durante os Anos de Chumbo, a Cidadania e seus cidadãos foram amplamente censurados. O discurso presidencial sobre o cidadão é ocultado. Na prática cidadã, a tentativa da ocultação da Cidadania também ocorre, mas setores de resistências estiveram presentes para combater a repressão e a censura.

No livro de EMC de Correa (1974), essa ocultação é representada pela falta de reflexão sobre o conceito de Cidadania e de cidadão. Tais definições conceituais desaparecem, mas suas representações ainda são formadas segundo a moral conservadora e o civismo religioso. Os direitos são substituídos pelo não questionamento e pela aceitação que esses, bem como os deveres, são doados por Deus. A religião age, nesse momento, como um instrumento apassivador do indivíduo como cidadão. Os fundamentos religiosos se abrangem nos diversos âmbitos da vida cidadã e a fé é utilizada como alicerce para os conteúdos. Os livros de EMC se transformam, assim, em um aparelho de controle, seja na visão de mundo ideal pelo regime, seja na formação de uma memória nacionalista, oficial e personalista.

Com a abertura política, a Cidadania ganha fôlego nas vozes do povo, nas passeatas de resistência, nas vitórias eleitorais da oposição, no alcance da Anistia Política, no movimento “Diretas Já”. No discurso presidencial, a Cidadania retorna e ganha força.

Já no livro de Lucci (1984), questionamentos são feitos, entendimentos sobre voto e democracia são debatidos de forma mais questionadora, mas na prática o cidadão se via ainda restrito. O debate sobre Cidadania voltara aos livros, mas sua representação se vinculava a um caráter forjado como ainda hoje é visível. Os livros de EMC ainda buscavam incutir práticas e apropriação de obediência, disciplina, passividade, ordem, patriotismo, entre outros. No conflito entre representações de um regime e de um contexto de abertura, a Cidadania ainda era representada de maneira forjada no discurso do livro e na prática social. Esse legado se faz presente ainda hoje na educação brasileira.

Consideramos ainda, as diversas possibilidades na utilização de livros didáticos como fonte de pesquisa. Para além das representações de Cidadania, o livro também é um espaço de propagação de discursos, sejam eles sobre gênero, etnia, juventude brasileira, analfabetismo, unidade nacional, história ou memória. As possibilidades de pesquisa são infinitas e tais análises são necessárias a História da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise dos livros de EMC utilizados durante a ditadura, percebemos que a Cidadania entendida como forjada desde o período de redemocratização continuou com esse caráter nas décadas posteriores.

No entanto, durante os anos 2000, tivemos um maior acesso à educação a partir da política de cotas, da criação de universidades e institutos federais, da ampliação da pesquisa e dos avanços sociais. A educação, como nunca antes, tronou-se mais democrática. A Cidadania, ainda forjada em muitos aspectos, ganhou ares mais democráticos em vários aspectos para diversas minorias como negros, pobres, mulheres, comunidade LGBT, indígenas, quilombolas, entre outros. Todas essas demandas alcançaram debates educacionais, curriculares e de políticas educacionais.

O que observamos, contudo, no panorama atual, é a busca pela deslegitimação dessa ampliação cidadã e a educação não está de fora. Como bem reflete Apple (2003, p. 1): “A temporada de caça à educação continua aberta”. Seja em discursos presidenciais, ações governamentais ou da própria sociedade, percebemos um ataque à educação. O saudosismo pela volta da disciplina de EMC, por exemplo, representa essa demanda conservadora e autoritária de lidar com a formação cidadã a partir da educação.

Assim sendo, a partir das reflexões que as fontes nos possibilitaram, consideramos que a educação durante os duros anos de ditadura foi manipulada e reformada pelo governo militar. Leis, decretos, reformas, pareceres e modificações foram planejadas e praticadas em prol de uma formação cidadã “perfeita”, ideal, passiva, oculta e forjada em prol da ordem e do desenvolvimento capitalista. Os livros didáticos, por sua vez, acompanharam essas transformações guiadas pela pedagogia tecnicista e pela ideologia do regime com o objetivo de uma formação rasa, acrítica, técnica e objetiva.

A Cidadania, durante esse período, também foi reformulada nos discursos, na prática, nas representações dos livros e na apropriação dos indivíduos a partir dos interesses ditatoriais e da classe dominante. Hoje, ainda buscamos nos desvincular desses legados deixados pela ditadura em nossa educação.

Segundo Scocuglia (2009, p. 53), as ações na educação durante o regime “foram consubstanciadas nas leis da reforma universitária de 1968 e do 1º e do 2º graus em 1971, cujas consequências são, hoje, evidenciadas pela crise do sistema público da educação brasileira”. Podemos afirmar que os objetivos do regime não eram compatíveis com a prioridade real daquele momento. Isto é, enquanto no discurso se prometia valorização da educação, na prática, entretanto, o foco era o desenvolvimento capitalista e a transformação do país em Brasil-

Potência. Esse foco esclarece, ainda, o quanto a política educacional pós-1964 foi utilizada como mecanismo de exclusão e passividade social. O ensino, a partir dessas premissas, foi degradado; a educação, transformada em mercadoria de alto custo; professores ficaram sem condições de trabalho, de capacitação e com baixos salários.

A ditadura legou, para décadas posteriores, uma geração de cidadãos, estudantes e universitários acrílicos e passivos politicamente, sem preocupação com a história do país. Percebemos isso no pouco interesse pela história, na desvalorização da memória, em movimentos em prol do retorno à ditadura, em representantes buscando a reinserção da EMC em seus municípios e em seu país, em livros didáticos exaltando o período militar e na ausência de consciência sobre os direitos humanos. Os movimentos estudantis, por sua vez, foram enfraquecidos e a privatização do ensino foi estimulada sem grande oposição ou reivindicação popular.

A partir das reflexões feitas nessa pesquisa, afirmamos que, atualmente, a educação e os livros didáticos ainda lutam para se desprender de uma base historiográfica alicerçada na história oficial, de “grandes vultos”, “grandes fatos” e datas. As representações de Cidadania propagadas durante o regime ainda são legitimadas na sociedade e precisam ser desconstruídas, compreendidas, combatidas. Estamos em um processo lento na busca pelo desenvolvimento pleno da Cidadania e, por mais que a ditadura tenha nos legado aspectos negativos, não nos encontramos estagnados e a luta ainda persiste. A reconstrução e o combate da memória formada pelos livros didáticos do período se tornam, nesse processo, um instrumento essencial. O não esquecimento, o debate sobre os anos de ditadura, o enfrentamento ao tema “tortura” e a busca pela verdade são alicerces para uma Justiça de Transição democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

APPLE, M. W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BARBOSA, Vilma de Lurdes; RODRIGUES, Irene. História. In: PARAÍBA. **Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural**. Vol. III. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010, p. 61-68.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos

sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>>. Acesso em: 30 out. 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes]. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Ensaio Geral).

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e biblioteca na Europa entre os séculos XVI e XVIII**. Tradução: Mary Del Priori. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, 111 p.

_____. **O mundo como representação**. Estud. av. [online]. 1991, v. 5, n. 11, p. 173-191. ISSN 0103-4014.

_____. **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1996.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**, n. 2. Tradução de André Chervel. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 17-298.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Populismo, ditadura e educação: Brasil/Paraíba, anos 1960**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

Fontes:

CORREA, Avelino Antônio. **Estudo dirigido de educação moral e cívica: da 6ª à 8ª série, 1º grau**. São Paulo: Ática, 1974.

LUCCI, Elian Alabi. **Educação Moral e Cívica**. 1º grau. São Paulo: Ed. Saraiva, 1984.

SALGADO, Plínio. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. São Paulo: Ed. Coleção F.T.D., 1965.